

Aula 10

O colonialismo e a exploração do trabalho africano

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Discutir as diferentes experiências coloniais que tiveram lugar no continente africano, no século XX, focalizando especialmente a exploração do trabalho dos africanos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a diversidade do processo colonial na África;
2. identificar as diferentes formas de exploração do trabalho africano.

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que o colonialismo resulta da proposta de exploração pensada pelas potências, das potencialidades do território em questão e das organizações sociais encontradas, além do grau de desenvolvimento do país colonizador. É preciso ter em consideração, no entanto, que todos esses diferentes fatores foram temperados pelo tempo, já que eles sofreram inúmeras alterações no decorrer do século XX.

Ao entendermos dessa forma o colonialismo, reforçamos a ideia da especificidade das relações coloniais e enfatizamos a necessidade de termos em consideração o tempo e o espaço, dois parâmetros muito caros aos historiadores. Assim, a referência ao processo de colonização de qualquer metrópole, sem se mencionar o momento e o local em questão, pode limitar a análise.

Poderíamos mesmo falar em colonialismos para não deixar dúvidas quanto à variedade de situações encontradas. Afinal, de ambos os lados dessa vivência colonial, existem forças, desejos e projetos diferentes, quase sempre em disputa entre eles. Tanto do colonizador que congrega os interesses de funcionários, comerciantes, aventureiros, missionários e militares, como do colonizado que abarca populações urbanas, rurais, mestiças, cristianizadas, islamizadas, isoladas, todas elas mais ou menos influenciadas por sentimentos de pertença étnica. Por tudo isso, como montar de forma tão esquemática uma oposição genérica entre colonizados e colonizadores que dê conta da diversidade de experiências que o continente conheceu? E se essa oposição binária – colonizador x colonizado – apresenta inúmeras limitações, o que dizer do seu desdobramento que coloca em oposição dominadores e resistentes?

A resposta a essas indagações, obviamente, caminha no sentido de defender o estudo aprofundado das diferentes vivências coloniais que tiveram lugar no continente africano, em especial na

primeira metade do século XX. No entanto, a necessidade desse aprofundamento da análise sobre determinada experiência colonial, que permita uma avaliação mais precisa das complexidades das relações que o colonialismo comportou, não deve impedir a formulação de linhas gerais de interpretação da situação colonial, que tenderão, inclusive, a servir como uma espécie de roteiro de investigação.

Metrópoles em questão

A crítica a um “colonialismo genérico” para toda a África, que tente dar conta da diversidade de relações estabelecidas no continente, tornou possível ainda uma outra mudança de perspectiva. Na esteira desse novo enfoque, o estudo do colonialismo, a partir da metrópole, foi direcionado para a análise da legislação e da ideologia coloniais, afastando-se de uma história do cotidiano, necessariamente dependente das ações de colonos e africanos, em cada momento e lugar.

É interessante salientar que o estudo das independências nacionais africanas auxiliou na percepção quanto à impossibilidade de se estudar o colonialismo apenas a partir da metrópole, já que cada processo de descolonização foi completamente diferente, mesmo quando se tratava de uma mesma potência europeia dominante. A Argélia e a Guiné Conacri, por exemplo, foram colonizadas pela mesma França, mas de maneira muito distinta, e tiveram processos de descolonização em tudo contrastantes. No caso argelino, uma longa guerra de libertação (1954-1962) seria trilhada até que a França reconhecesse a independência de seu antigo território, enquanto no caso da Guiné Conacri, seu destino seria decidido por um plebiscito, ocorrido em 1957, no qual a maioria da população votante recusou pertencer à comunidade francesa, levando à proclamação de sua independência, no ano seguinte. Exemplos como esses também tiveram lugar nas colônias inglesas, como seria o caso do Quênia e da Costa do Ouro (atual Gana), ou nas colônias portuguesas, com Cabo Verde e Moçambique.

Para além dessa atenção em relação às vivências diferenciadas existentes nas variadas colônias de uma mesma metrópole, é preciso considerar que, em uma mesma colônia, o impacto colonial variou muito de uma região para outra. Em Angola, por exemplo, Portugal fez as últimas incursões militares para consolidar a sua presença no centro-sul da colônia, nos anos 1940; no entanto, já em 1961, passou a enfrentar a luta anticolonial imposta pelos movimentos de libertação, sobretudo no norte.

Por último, devemos destacar que, mesmo o discurso e a ideologia coloniais variaram muito no tempo, manifestando-se, no caso português, na própria designação das suas possessões em África. Entre finais do século XIX e meados do XX, Portugal teve “territórios ultramarinos”, “colônias” e por fim “províncias ultramarinas”. As mudanças de designação foram em resposta às pressões internacionais a favor de uma postura que contemplasse a possibilidade futura de descolonização, resultado das disputas internas existentes no regime português e também fruto da luta dos colonizados. Mas o que importa é que essas alterações implicaram em pouca ou nenhuma alteração significativa no cotidiano dos africanos, sob controle colonial português, o que reforça a tese da distância entre a ideologia colonial e a prática colonial.

Nas áreas sob controle inglês, também podemos identificar essa mutação discursiva e ideológica no que diz respeito à forma de exploração dos africanos. Os britânicos, já no final do século XIX, defendiam que sua presença colonial visava, entre outras ações benéficas aos africanos, à imposição do trabalho assalariado. No entanto, como afirma o historiador estadunidense Frederick Cooper, o que se percebe é que esse regime de mão de obra encontrou muitos obstáculos à sua execução, levando a uma significativa alteração no discurso inglês. De fato, o próprio controle efetivo das suas colônias dependia do respeito às diversas práticas laborais dos africanos. E estas contemplavam diferentes formas de dependência e exploração, incluindo a escravidão. Com o passar dos anos, os ingleses, dependentes do recrutamento de mão de obra por parte

dos chefes africanos e do acordo dos trabalhadores africanos, alteraram seu discurso de implementação da mão de obra livre e assalariada. Passaram a aceitar regimes de trabalho para os africanos em “condições análogas à escravidão”, com o argumento de que tal decisão se dava em respeito às tradições africanas. Mais uma vez a distância entre o discurso e a prática colonial fez-se presente, resultando numa alteração do próprio discurso e numa “flexibilização” ideológica.

Projetos e práticas colonizadoras

Cientes dos limites que uma análise menos circunscrita territorial e temporalmente do colonialismo na África comporta, passemos aos temas recorrentemente encontrados nas explorações coloniais e que nos permitem elaborar uma espécie de roteiro das questões enfrentadas.

É possível afirmar, por exemplo, que os primeiros governos coloniais, das diferentes metrópoles, buscaram expandir seus espaços de controle, empenhando um mínimo de recursos financeiros.

Tal estratégia deu lugar ao arrendamento de vastas regiões pelos governos coloniais francês, belga e português, este último especialmente no caso de Moçambique. Nessas áreas, empresas privadas, que em Moçambique eram chamadas de companhias majestáticas, adquiriram o controle do território, dispondo do uso de suas terras e de seus povos, gerenciando a seu critério as formas de recrutamento de mão de obra e de aplicação da justiça.

Essa opção pelo baixo investimento, que encontraria exceção nas áreas coloniais mineradoras, onde para se ter maior rentabilidade era exigido um maior investimento, far-se-ia presente também nas administrações coloniais.

Funcionários com pequena ou nenhuma qualificação, salários pouco atraentes e dificuldades com alojamento e saúde faziam parte desse cenário inicial dos governos coloniais. Mais do que isso, a

fragilidade da presença colonial levava ao uso frequente e amplo dos próprios africanos nas diferentes funções que a gestão de um território exige.

Os africanos atuaram como mensageiros, escriturários, intérpretes, soldados, policiais, cobradores de impostos, além das atividades já desempenhadas anteriormente, voltadas para o comércio e a produção de bens agrícolas. Mesmo a justiça, que em várias colônias conheceu o paralelismo de dois sistemas, um para julgar os africanos, outro para tratar dos crimes e práticas que envolvessem os europeus e seus descendentes, contou com a participação dos africanos, conhecedores das práticas e das leis locais.

A participação africana, todavia, não alteraria um outro fenômeno também de grande incidência nas diferentes experiências coloniais: a violência. Os funcionários coloniais europeus recebiam armas, munição e algumas orientações sobre como “lidar” com os africanos. Informações quase sempre repletas de generalizações eurocêntricas, que destacavam supostos aspectos negativos dos africanos, como sua alegada indisposição para o trabalho, apesar da intensa exploração a que estavam sujeitos. Formados por essa mentalidade colonialista, racista, hierarquizadora e soltos na imensidão africana, distantes de qualquer controle mais estreito que pudesse ser exercido pelas instâncias superiores dessa rarefeita colonização, ainda que tais instâncias dificilmente encarassem como razoável levar em consideração a voz dos africanos, esses funcionários tornavam-se, facilmente, senhores de suas áreas de administração. Exerciam o poder de polícia, de justiça e de governo. Seus desejos eram lei, ainda que em muitos casos contassem com os próprios africanos para a execução de suas decisões.

Essa participação dos africanos na engrenagem colonial deve ser entendida tendo em conta a própria experiência colonial a que eles estavam sujeitos. O colonialismo para os africanos era, acima de tudo, a instalação no seu território de um novo poder. Um poder extremamente forte, militarizado, com grande capacidade tecnológica, capaz de mobilizar rapidamente, através do telégrafo,

dos barcos a vapor e das ferrovias, tropas fortemente armadas, sem vínculos com a região e disposta a impor a vontade e o controle do governo colonial. Exércitos que já tinham demonstrado sua crueldade e sua força anos antes, no período de expansão do poder colonial.

Por outro lado, o colonialismo também era sedutor aos olhos dos africanos. Ele era sinônimo de riqueza, de tecnologia, de melhores condições de vida. Assim como ele era a arma moderna, também era a máquina de escrever, a ferrovia, a máquina de costurar e a máquina fotográfica.

Para além desses dois fatores, os africanos possuíam inserções diferenciadas em suas sociedades de origem e continuaram a buscar tal diversidade. A vivência colonial fazia-os perceber que os mais próximos ao governo e aos colonizadores estavam sujeitos quase sempre a tarefas menos árduas, resguardavam-se de serem enviados para áreas distantes de suas famílias e poderiam mesmo comandar os demais africanos. Nesse início de século XX, era muito cedo para pensarmos numa ideia de nação ou numa solidariedade de tipo racial. E os europeus sabiam disso e souberam explorar muito bem tais possibilidades.



O caso dos *Tirailleurs Sénégalais*

Os *Tirailleurs Sénégalais* faziam parte da infantaria colonial francesa e foram recrutados majoritariamente no Senegal, a partir de 1857, ainda que outras colônias francesas também tenham sido alvo desse recrutamento, inclusive na Ásia. Em seu início, a tropa incorporou ex-escravos, comprados na costa africana ou libertados do tráfico ilegal, bem como prisioneiros de guerra. O recrutamento voluntário caminhou em paralelo a essas formas de recrutamento forçado até a segunda década do século XX. Essa famosa tropa africana atuou em defesa não

só da França colonial, estando presente ainda na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, no norte da África, mas sobretudo na Europa.



Figura 10.1: Tirailleurs Sénégalais na Primeira Guerra Mundial, em Paris.

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Tirailleurs_s%C3%A9n%C3%A9galais.



Atende ao Objetivo 1

1. Aponte as principais críticas ao estudo do colonialismo na África, a partir de uma perspectiva que valorize a metrópole.

Resposta Comentada

Se o colonialismo resulta da proposta de exploração pensada por cada potência, das potencialidades do território em questão e das organizações sociais encontradas, é preciso ter em consideração tanto a região colonizada quanto as populações lá existentes e suas organizações políticas e sociais. Tanto colonizadores quanto colonizados não formavam blocos homogêneos. Eles tinham interesses e atitudes muito diferentes que fazem com que seja importante a definição de que colônia estamos falando e em que momento para se ter maior precisão na análise.

Sendo assim, o estudo do colonialismo, a partir da metrópole, foi direcionado para a análise da legislação e da ideologia coloniais, afastando-se de uma história do cotidiano, necessariamente dependente das ações de colonos e africanos, em cada momento e lugar. Para além dessa atenção em relação às vivências diferenciadas existentes nas variadas colônias de uma mesma metrópole, é preciso considerar que, em uma mesma colônia, o impacto colonial variou muito de uma região para outra. Em Angola, por exemplo, Portugal fez as últimas incursões militares para consolidar a sua presença no centro-sul da colônia nos anos 1940; no entanto, já em 1961, passou a enfrentar a luta anticolonial imposta pelos movimentos de libertação, sobretudo no norte.

A exploração do trabalho africano

Evidentemente, os governos coloniais tiveram graus diferenciados de dependência dos africanos, mas a relação entre europeus e africanos foi incontornável. Por isso, as formas de

organização locais e o tipo de produção existente, bem como aquele que se pretendia estabelecer foram importantes elementos definidores dos parâmetros dessa relação. Por exemplo, em muitas colônias da África Ocidental, independente do colonizador, a produção, sobretudo de cacau e amendoim, estava nas mãos dos africanos e o comércio com os europeus funcionava bem. Nessas áreas, a administração colonial tinha recursos oriundos dos direitos alfandegários, fazendo com que a cobrança de impostos diretos aos africanos não fosse fundamental.

No entanto, estando a produção na mão dos africanos, eles também controlavam o formato dessa produção, ou seja, as formas de exploração do trabalhador africano. É assim que podemos entender ainda melhor o recuo nas tentativas de imposição do trabalho assalariado, sobretudo em grandes plantações de gêneros para exportação. Chefes africanos, transformados em donos de empreendimentos agrícolas para exportação, mantinham sob seu controle uma população de dependentes, pouco ou nada diferentes da condição de escravos. Os trabalhadores africanos, por sua vez, em diferentes regiões preferiam a proteção dos chefes, que lhes garantiam o acesso à terra e ao controle do próprio tempo, evitando assim o emprego nas fazendas de colonos brancos, onde o pagamento de salários significaria o fim dessas possibilidades.

Por outro lado, como podemos imaginar, em regiões onde a produção africana não atendia aos interesses coloniais europeus e, portanto, não estava voltada para a exportação de produtos agrícolas, essa relação colonial conheceu uma outra dinâmica. Nesses casos, os governos coloniais instituíram políticas que buscavam colocar o africano para trabalhar na produção de gêneros que interessavam às respectivas metrópoles. Afinal, as economias coloniais tenderam a ter uma ação complementar e especializada, focada na produção de matérias-primas agrícolas e minerais para a metrópole, com preços fixados pelos europeus.

Mas como colocar o africano para trabalhar na produção do que interessava à metrópole? Com inúmeras variações, dependentes

de cada região e momento, podemos apontar dois mecanismos com tal objetivo: a força e o imposto, ainda que quase sempre os dois andassem juntos.

O uso da força, no recrutamento de trabalhadores, esteve presente nos diferentes governos coloniais, independentemente da metrópole colonizadora. Ela poderia ser exercida diretamente, como vimos no caso do Congo Léopoldville na aula anterior, ou através das chefias africanas que se responsabilizavam pelo envio de trabalhadores para o cumprimento do trabalho forçado nas fazendas e plantações coloniais em troca do respaldo do governo colonial à manutenção do seu poder local, ou ainda do exercício da cobrança de impostos. É possível afirmar que o trabalho forçado foi o abuso mais frequente do início do período colonial. Os franceses, por exemplo, exigiam que todos os homens trabalhassem gratuitamente doze dias por ano, além de recrutarem africanos para períodos mais longos de trabalho, pago parcialmente, e para o serviço militar.

Quanto ao imposto, que conheceu também uma grande diversidade de formatos de execução, podemos afirmar que em linhas gerais ele era uma fonte de rendimento e um símbolo de submissão, que obrigava os africanos a oferecer produtos ou mão de obra à economia colonial. Seu propósito era inserir o africano na economia colonial. O argumento metropolitano era de que sua cobrança, em benefício do governo colonial, era feita em troca de sua atuação no processo de "pacificação" e "civilização" dos africanos. Sua existência também era defendida como forma de "educar" o africano para o trabalho remunerado.

O imposto poderia ser cobrado em produtos ou em espécie. Sua recolha podia ser feita pelas chefias africanas ou pelos agentes coloniais. O montante estipulado poderia atender ao número de pessoas residentes numa casa, ser contabilizado por unidade de moradia ou ainda ser individualmente pago por cada homem adulto. No caso do pagamento em moeda, o trabalhador africano tinha de vender os seus serviços na economia colonial para obter o recurso

monetário e assim pagar o imposto. O não pagamento do imposto, fosse em produto ou espécie, sujeitava o indivíduo às leis coloniais e às arbitrariedades dos administradores. As penas atingiam um amplo leque de possibilidades com grande incidência para os castigos corporais, o trabalho forçado e o envio para regiões distantes de sua família, a fim de atender a interesses coloniais com dificuldade em recrutar mão de obra.

Uma outra importante forma de recrutamento do trabalhador africano foi o trabalho migratório, que beneficiou imensamente tanto os colonos brancos, proprietários de grandes fazendas produtoras de bens agrícolas, como as grandes empresas mineradoras. Os jovens africanos optavam por esse tipo de trabalho nas minas, por exemplo, pelo fato de ele se limitar a períodos mais curtos. O mesmo pode ser dito das plantações, quando eles se limitavam à colheita de determinado produto. Esse trabalho sazonal permitia a manutenção dos laços com as aldeias de origem e, ao mesmo tempo, era de interesse dos empregadores que podiam pagar salários mais baixos, já que o sustento familiar era garantido no nível da aldeia, além de recrutar mão de obra, apenas nos momentos de necessidade.

A manutenção dos trabalhadores e a sua reprodução eram garantidas pela família no âmbito da aldeia. Tal situação caracterizava o que o antropólogo francês Claude Meillassoux definiu como articulação dos modos de produção linhageiro e capitalista, já que a permanência das famílias nas aldeias e o acesso à terra reduzia os custos de reprodução da mão de obra do ponto de vista dos empregadores, porque os filhos e dependentes dos trabalhadores migrantes continuavam produzindo, tornando desnecessário que os salários fossem altos o suficiente para manter toda a família. Além disso, em casos de doença e invalidez, e mesmo nos períodos de não contratação, o trabalhador era acolhido no âmbito da família e da aldeia, isentando os empregadores e as autoridades coloniais de qualquer assistência.



Filme *Jaguar*, de Jean Rouch

Sobre o tema do trabalho na sociedade colonial, em especial o trabalho migratório, vale mencionar o filme *Jaguar*, do etnólogo e cineasta francês Jean Rouch, de 1957. Nesse documentário ficcional, também chamado de etnoficção, Jean Rouch apresenta a trajetória de quatro rapazes do Níger que se aventuram numa viagem para trabalhar e angariar recursos na Costa do Ouro (atual Gana).



Exploração de diamante na África do Sul

A extração de diamantes começou na África do Sul, na década de 1860. Os diamantes surgiram na cidade de Kimberley e atraíram imediatamente aventureiros, candidatos a garimpeiros, das mais diferentes regiões do mundo. Com a sequência das descobertas e a criação de um mercado local de compra dos diamantes, as limitações de ordem racial foram sendo levantadas e os negros acabariam relegados à condição de trabalhadores assalariados. Em fins da década de 1880, a empresa De Beers, criada por Cecil Rhodes, com apoio financeiro dos Rothschilds praticamente controlava toda a comercialização desse produto na África do Sul.



Cecil Rhodes

Cecil John Rhodes nasceu na Inglaterra, em 1853, e faleceu na África do Sul, em 1902. Foi o mais famoso colonizador britânico ao lado de Frederick Lugard. Foi também um ousado e bem-sucedido homem de negócios do império colonial inglês. Migrou para a África do Sul aos 17 anos, com o objetivo de cuidar da saúde. Iniciou no ramo da exploração de diamantes aos 19 anos com recursos da família. Em 1885, sua empresa controlava 50% da economia da cidade de Kimberley. É através da exploração de ouro e diamante que Rhodes consegue sucessivas autorizações por parte da coroa britânica, para exploração e controle do interior do continente africano. Na avaliação inglesa, além de lucrativa, tal iniciativa evitava a possível expansão de alemães e portugueses por essas regiões. O alcance territorial de sua empreitada pode ser dimensionado pelo nome dado às duas colônias inglesas do interior da parte sul do continente: Rodésia do Norte e Rodésia do Sul.

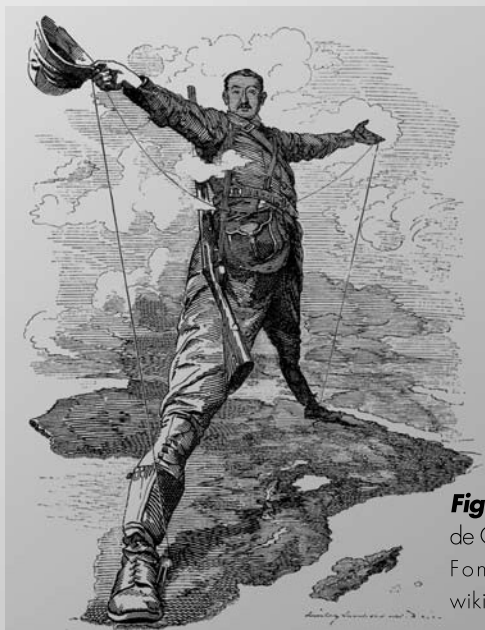
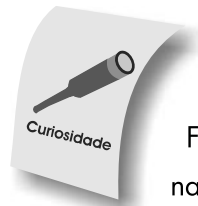


Figura 10.2: Caricatura de Cecil Rhodes.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Punch_Rhodes_Colossus.png



Frederick Lugard

Frederick John Dealtry Lugard, nasceu em 1858, na Índia, mas foi criado na Inglaterra. Faleceu em 1945, na própria Inglaterra. Lugard foi um militar e explorador britânico que teve grande reconhecimento por sua ação e também por suas ideias a respeito da colonização europeia na África. Entre 1888 e 1892, teve intensa atuação na parte oriental do continente africano, defendendo interesses privados de colonos e empresas inglesas. Em fins da década de 1890, passa a defender os interesses da coroa britânica na Nigéria, primeiro contra a ofensiva francesa na região e depois na arregimentação de trabalhadores e na regulação do comércio. A atuação na Nigéria levou a sua nomeação ao cargo de governador de Hong Kong, entre 1907 e 1912. Em 1912, retornou à Nigéria com a função de juntar a colônia já existente

ao sul com o protetorado do norte. Foi governador-geral da colônia, entre 1914 e 1919. Entre 1922 e 1935, foi o representante britânico em diferentes comissões, na Liga das Nações. Em 1928, ele recebeu o título de barão.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ca/Lordlugard.jpg>

De fato, as economias de exportação na África basearam-se e mantiveram-se em função do uso de diferentes formas de trabalho compulsório. Mas não foi apenas o setor voltado para a exportação que contou com esse tipo de trabalho. Agentes coloniais europeus ou africanos, a serviço das autoridades coloniais britânicas, francesas, belgas, portuguesas e alemãs, recrutaram trabalhadores forçados também para serviços em obras públicas, como a construção de estradas e ferrovias. Todas as metrópoles experimentaram o uso do trabalho forçado em diferentes momentos até o final da Segunda Guerra Mundial, sendo que no caso das colônias portuguesas esse tipo de recrutamento permaneceu até 1961, disfarçado na ideia do trabalho contratado.



O trabalho contratado para São Tomé

Nas colônias portuguesas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, os africanos estiveram sujeitos a uma dura regulamentação trabalhista, diretamente ligada à cobrança do chamado “imposto indígena”. O imposto, como vimos, pretendia forçar o africano a vender sua força de trabalho na economia colonial. Tal processo ocorria por intermédio de um contrato, estabelecido com um colono ou com uma empresa e era acompanhado pela administração colonial. A demanda colonial por trabalhadores era intensa, ao passo que os africanos buscavam escapar dos castigos corporais, ainda presentes, e à baixa remuneração oferecida. No entanto, os africanos que não apresentassem a comprovação do exercício laboral ficavam sujeitos ao trabalho correcional e à ação dos funcionários coloniais que de forma corrupta enviavam tais indivíduos para atender aos interesses privados dos colonos e das empresas. Esse envio

ocorria a título de trabalho contratado, já que o trabalho correcional vinculava-se prioritariamente a atender aos interesses do estado colonial. Foi assim que muitos trabalhadores de Angola e Moçambique foram atender à crescente demanda por trabalhadores das roças de cacau e café, em São Tomé. Foram forçados a isso, já que o baixo índice de retorno, a violência cotidiana, o baixo salário e o árduo trabalho, rapidamente se tornaram conhecidos, inclusive dos africanos.

Ao lado do uso de diferentes mecanismos de recrutamento compulsório dos trabalhadores africanos, os governos coloniais e as empresas envolvidas no sistema de exportação de produtos agrícolas e minerais investiram, entre finais do século XIX e início do XX, na construção de ferrovias. As atuais África do Sul, Angola, Congo Kinshasa, Egito, Gana, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia, Tunísia e Zimbábue, entre outras ex-colônias, passaram a ter sistemas de transporte que interligavam as áreas produtoras de maior rentabilidade aos portos marítimos para o escoamento mais rápido, em maiores quantidades e com menor índice de perdas dos produtos em questão. No tocante à mineração, setor de maior investimento e rentabilidade do período colonial, as ferrovias dinamizaram, por exemplo, as explorações de ouro na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), na Costa do Ouro (atual Gana) e na África do Sul; de diamante em Angola; de fosfato na Tunísia; de estanho na Nigéria; e de cobre no Congo Léopoldville (atual Congo Kinshasa).

O impacto desse sistema teria grandes consequências para os africanos. Em primeiro lugar, liberou mão de obra africana até então usada como carregadores. E em segundo lugar, as ferrovias transformaram-se em ágeis canais de comunicação dos próprios africanos, levando produtos e informação a regiões distantes dos principais centros coloniais.

Depois das ferrovias, foi a vez das rodovias, que já nos anos 1920 cresciam com extrema rapidez e versatilidade, alcançando regiões que a ferrovia não conseguia. Os caminhões ampliaram e muito o raio de alcance da economia colonial, permitindo a inserção de um maior número de africanos numa nova forma de circulação das mercadorias.

Os transportes potencializaram o avanço da agricultura comercial em moldes capitalistas, entre os africanos. No entanto, essa participação africana seria muitas vezes limitada ou impedida pelos governos coloniais. Isso ocorria por pressão dos colonos, das empresas exportadoras ou mesmo por temor dos próprios governantes quanto aos possíveis desdobramentos políticos que o fortalecimento de uma classe de empresários africanos poderia gerar. A principal demanda desses africanos era o reconhecimento da propriedade privada da terra, mas os interesses coloniais preferiam negociar com camponeses, baseados na propriedade comunitária da terra.

Evidentemente, as ferrovias e as rodovias ao potencializarem a agricultura e a exploração em regiões mais longínquas também propiciaram uma maior expropriação de terras dos africanos por parte dos colonos, o que de certo modo era facilitado pela manutenção do sistema de terras comunitárias para os africanos.

A presença dos colonos

O potencial econômico de cada região teria influência direta na capacidade de atração da colônia sobre os europeus metropolitanos ou futuros colonos. Argélia, Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e Quênia receberam números expressivos de colonos quando comparados às demais colônias da França, de Portugal e da Inglaterra, respectivamente. Certamente, essa presença colonial mais intensa ocorreu porque tais colônias apresentaram sinais concretos de sucesso para aqueles que optassem pela vida de colono.

A migração colonial, portanto, estava intimamente ligada à existência de explorações agrícolas e minerais de maior remuneração, ainda que no caso português, a rentabilidade talvez tenha pesado menos do que a falta de opção de trabalho na própria metrópole. Angola e Moçambique foram colônias que registraram inúmeros casos de colonos com graves limitações financeiras, chegando a disputar postos de trabalho e moradia com os africanos.

Essa maior presença colonial fez com que a administração de tais colônias, em variados níveis, tenha ficado nas mãos dos próprios colonos, já que a tendência destes foi a de recusa ao exercício de determinadas funções por africanos. Essa constatação é importante por abalar as convicções existentes acerca de uma possível uniformidade no tocante à gestão dos espaços coloniais em função da metrópole. Durante muito tempo, os historiadores repetiram que as colônias inglesas foram administradas de forma indireta, enquanto as colônias francesas, portuguesas e belgas foram administradas diretamente.

O que podemos perceber por tudo que foi exposto anteriormente é que, em diferentes níveis, houve uma relação colonial e que os africanos sempre estiveram presentes na gestão desse espaço colonial. Além disso, não foram todas as colônias britânicas que adotaram uma administração indireta, em que o poder de legislação, de execução das leis coloniais e de tributação esteve nas mãos dos africanos.

Isso foi feito nas colônias em que as estruturas políticas e econômicas africanas pré-existentes ao colonialismo comportavam ou conheciam tais tarefas ou algo semelhante que atendesse aos interesses coloniais. Nas regiões em que esse tipo de organização do poder era desconhecido pelos africanos ou que a presença colonial era muito intensa, a administração colonial foi exercida por colonos. Da mesma forma, quando foi possível e interessante política e economicamente para a França, no caso do Marrocos e da Tunísia, ou para a Bélgica, no caso do Ruanda e do Burundi

(ex-colônias da Alemanha), estas metrópoles adotaram sistemas de administração indireta, repassando inúmeras responsabilidades de gestão do espaço colonial e de atendimento aos interesses comerciais aos africanos.



Administração indireta

O sistema de administração indireta foi implementado e como tal defendido pela primeira vez no califado de Sokoto, no norte da Nigéria, ainda antes da Primeira Guerra Mundial, por Frederick Lugard. Sua estratégia após derrotar militarmente os emires da região foi a de substituí-los, extinguindo o califado, mas não o tipo de administração local existente. Os novos emires passaram a obedecer às leis do governador britânico.

Por sua vez, o número mais expressivo de colonos acabaria tendo repercussão no grau de autonomia que as colônias buscaram construir em relação às metrópoles. Isso porque as riquezas construídas na exploração colonial buscaram fugir às taxações e aos limites comerciais metropolitanos.

Mais do que isso, o número de colonos teria uma relação direta com a ocorrência de lutas anticoloniais prolongadas, quando do processo de conquista das independências na África. Afinal, nessas áreas, os interesses coloniais eram mais substanciais e o controle da produção também estava nas mãos dos colonos. Eles também teriam maior poder de pressão sobre seus respectivos governos para fazer frente ao desejo de independência. Mas isso é tema para a nossa Aula 13.

Resposta Comentada

É possível afirmar que até mesmo a escravidão esteve a serviço dos interesses europeus na colonização da África, porque ainda que os poderes metropolitanos enfatizassem a crítica e mesmo o combate à escravidão existente na África, em várias regiões, eles negociavam com chefias africanas produtos que foram obtidos através dessa forma de exploração. Para além disso, incapazes de combater as diversas formas de dependência existentes nas relações de trabalho entre os africanos, os europeus acabariam por aceitar “condições análogas à escravidão” como mecanismos próprios dos africanos que deveriam ser respeitados em nome da tradição e do lucro, evidentemente.

Nas regiões onde a produção africana não atendia aos interesses coloniais europeus e, portanto, não estava voltada para a exportação de produtos agrícolas, a relação colonial conheceu outra dinâmica. Nesses casos, os governos coloniais instituíram políticas que buscavam colocar o africano para trabalhar na produção de gêneros que interessavam às respectivas metrópoles. Com inúmeras variações, dependentes de cada região e momento, podemos apontar dois mecanismos com tal objetivo: a força e o imposto, ainda que quase sempre os dois andassem juntos.

O uso da força no recrutamento de trabalhadores esteve presente nos diferentes governos coloniais, independentemente da metrópole colonizadora. Ela poderia ser exercida diretamente ou através das chefias africanas que se responsabilizavam pelo envio de trabalhadores para o cumprimento do trabalho forçado nas fazendas e plantações coloniais em troca do respaldo do governo colonial à manutenção do seu poder local, ou ainda do exercício da cobrança de impostos. O trabalho forçado foi o abuso mais frequente do início do período colonial.

Quanto ao imposto, que conheceu também uma grande diversidade de formatos de execução, podemos afirmar que, em linhas gerais, ele era uma fonte de rendimento e um símbolo de submissão, que obrigava os africanos a oferecer produtos ou mão de obra à economia colonial. Seu propósito era inserir o africano na economia colonial. O argumento metropolitano era de que sua cobrança, em benefício do governo colonial, era feita em troca de sua atuação no processo de “pacificação” e “civilização” dos africanos. Sua existência também era defendida como forma de “educar” o africano para o trabalho remunerado.

O imposto poderia ser cobrado em produtos ou em espécie. Sua recolha podia ser feita pelas chefias africanas ou pelos agentes coloniais. O montante estipulado poderia atender ao número de pessoas residentes numa casa, ser contabilizado por unidade de moradia ou ainda ser individualmente pago para cada homem adulto. No caso do pagamento em moeda, o trabalhador africano tinha de vender os seus serviços na economia colonial para obter o recurso monetário e assim pagar o imposto. O não pagamento do imposto, fosse em produto ou espécie, sujeitava o indivíduo às leis coloniais e às arbitrariedades dos administradores. As penas atingiam um amplo leque de possibilidades com grande incidência para os castigos corporais, o trabalho forçado e o envio para regiões distantes de sua família a fim de atender a interesses coloniais com dificuldade em recrutar mão de obra.

Uma outra importante forma de recrutamento do trabalhador africano foi o trabalho migratório, que beneficiou imensamente tanto os colonos brancos, proprietários de grandes fazendas produtoras de bens agrícolas, como as grandes empresas mineradoras. Os jovens africanos optavam por esse tipo de trabalho nas minas, por exemplo, pelo fato de ele se limitar a períodos mais curtos. O mesmo pode ser dito das plantações, quando ele se limitava à colheita de determinado produto. Esse trabalho sazonal permitia a manutenção dos laços com as aldeias de origem e, ao mesmo tempo, era de interesse dos empregadores que podiam pagar salários mais baixos, já que o sustento familiar era garantido no nível da aldeia, além de recrutar mão de obra, apenas nos momentos de necessidade.

Mas não foi apenas o setor voltado para a exportação que contou com esse tipo de trabalho. Agentes coloniais europeus ou africanos a serviço das autoridades coloniais britânicas, francesas, belgas, portuguesas e alemãs recrutaram trabalhadores forçados também para serviços em obras públicas, como a construção de estradas e ferrovias. Todas as metrópoles experimentaram o uso do trabalho forçado em diferentes momentos até o final da Segunda Guerra Mundial, sendo que no caso das colônias portuguesas esse tipo de recrutamento permaneceu até 1961, disfarçado na ideia do trabalho contratado.

RESUMO

O colonialismo resulta da proposta de exploração, pensada pelas potências, das potencialidades do território em questão e das organizações sociais encontradas, além do grau de desenvolvimento do país colonizador. Ao entendermos dessa forma o colonialismo, reforçamos a ideia da especificidade das relações coloniais e enfatizamos a necessidade de termos em consideração o tempo e o espaço.

A grande preocupação dos impérios coloniais era colocar o africano para trabalhar na produção do que interessava à metrópole. E para isso foram usados a força e o imposto. O uso da força no recrutamento de trabalhadores esteve presente nos diferentes governos coloniais, independentemente da metrópole colonizadora. Todas experimentaram o uso do trabalho forçado em diferentes momentos até o final da Segunda Guerra Mundial.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, avançando sobre o tema do colonialismo na África, iremos estudar os seus impactos culturais e sociais na vida dos africanos.